



NOTA PÚBLICA DO LAICATO DO BRASIL À CAUSA DOS POVOS ORIGINÁRIOS E DA FLORESTA

O Conselho Nacional do Laicato do Brasil, reunido na sua 40ª Assembleia Geral Ordinária, no período de 16 a 19 de junho de 2022, no município de São Luís do Maranhão, manifesta nosso sentimento de pesar pelos brutais assassinatos do jornalista Dom Phillips e do indigenista Bruno Pereira e nossa solidariedade com as lutas de resistência dos povos e comunidades da Amazônia.

Nos campos, nas florestas, nos rios, nas praias e nas periferias urbanas, os povos e comunidades da Amazônia sofrem cotidianamente ataques aos seus modos de vida, aos seus costumes, festas e rituais, às suas formas de organização política e comunitária, aos seus ambientes naturais e à própria sobrevivência.

Os Protetores da Floresta – indígenas, ribeirinhos, quilombolas, camponeses, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, pescadores artesanais, agricultores familiares, marisqueiros, piaçabeiros – resistem tenazmente nos campos, nas florestas, nos rios e nas praias contra o avanço dos empreendimentos predatórios que desmatam, poluem, impedem o acesso a áreas produtivas, destroem rios e florestas. Os territórios tradicionalmente ocupados se veem cada vez mais ameaçados pelo avanço da atividade econômica que considera a natureza como empecilho ao suposto “progresso” e suas gentes como reminiscências de um passado que deve ser eliminado.

As ações do atual Governo Federal incentivam o conflito, ao flexibilizar o licenciamento ambiental dos grandes projetos de mineração e da expansão agrícola e pecuária e, ao mesmo tempo, retirar das populações tradicionais as licenças para a pesca artesanal. Ao incentivar a exploração desmedida da floresta, o Governo Federal desarticula os conselhos ambientais, sucateia os órgãos de proteção e fiscalização, reduz o valor das multas por crimes ambientais e penaliza os fiscais por exercerem sua função de fiscalizar.

A ousadia dos povos da floresta, de seus defensores e defensoras, da Rede Eclesial Pan-Amazônica e a Campanha A vida por um fio, entre outros, ao fazer frente ao poderio econômico, cobra destes um custo inestimável: a própria vida.

Em 2019, a Human Rights Watch (HRW) mostrou que, dos mais de 300 assassinatos que a Comissão Pastoral da Terra registrou de 2009 a 2019 na Amazônia, apenas 14 foram levados a julgamento. O relatório denunciou também 263 casos de “invasões possessórias, exploração ilegal de recursos e danos ao patrimônio que atingiram, pelo menos, 201 terras, de 145 povos, em 19 estados”.

Seguindo o profetismo do Papa Francisco, juntamo-nos à luta dos povos e comunidades amazônicas, não como quem apoia uma causa à distância, mas como quem, ombro a ombro, vive e sofre as mesmas dores, na busca da construção de um novo mundo, um mundo de amor, um mundo possível.

“Tudo o que a Igreja oferece deve encarnar-se de maneira original em cada lugar do mundo, para que a Esposa de Cristo adquira rostos multiformes que manifestem melhor a riqueza inesgotável da graça. Deve encarnar-se a pregação, deve encarnar-se a espiritualidade, devem encarnar-se as estruturas da Igreja. Por isso, nesta breve Exortação, ousou humildemente formular quatro grandes sonhos que a Amazônia me inspira:

Sonho com uma Amazônia que lute pelos direitos dos mais pobres, dos povos nativos, dos últimos, de modo que a sua voz seja ouvida e sua dignidade promovida.

Sonho com uma Amazônia que preserve a riqueza cultural que a caracteriza e na qual brilha de maneira tão variada a beleza humana.

Sonho com uma Amazônia que guarde zelosamente a sedutora beleza natural que a adorna, a vida transbordante que enche os seus rios e as suas florestas.

Sonho com comunidades cristãs capazes de se dedicar e encarnar de tal modo na Amazônia, que deem à Igreja rostos novos com traços amazônicos”. (Exortação Apostólica pós-sinodal – Querida Amazônia, 6 e 7)

Nós, cidadãos e cidadãs membros do laicato organizado, vimos exigir dos poderes constituídos as providências que o caso comporta, de forma a apurar e punir os reais mandantes não apenas das mortes de Dom Phillips e do indigenista Bruno Pereira, mas também das centenas de vidas anônimas, ceifadas pela violência dos exploradores da floresta. Também exigimos que promovam a efetiva fiscalização contra as atividades ilegais na Amazônia e em outros biomas brasileiros, implementando, com a participação popular e dos organismos de estudo e proteção ambiental, políticas de proteção aos povos originários, aos animais, à floresta e seus rios.

Solidarizamo-nos às centenas de “mártires anônimos”, sacrificados pelas causas da floresta, e aos quais somaram-se Dom Phillips e Bruno, que não eram filhos da floresta, mas, como tais, tombaram por amor aos homens e à Criação. Seus sacrifícios não serão em vão. “O caminho é este, e por aqui vocês devem ir” (Is 30, 21).

São Luís (MA), 19 de junho de 2022.